DECISÃO TC – 39.676 - SEGUNDA CÂMARA

PROCESSO: TC 009471/2017
ORIGEM: Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe
ASSUNTO: Revisão de Proventos e Pensão
INTERESSADA: Ednar Chagas da Silva Cruz
UNIDADE DE AUDITORIA: 6ª Coordenadoria de Controle e Inspeção
PROCURADOR: José Sérgio Monte Alegre – Parecer nº 1712/2022
RELATORA: Conselheira Maria Angélica Guimarães Marinho

DECISÃO TC – 39.676

EMENTA: REGISTRO TÁCITO do Ato de Concessão de Revisão de Proventos da Sra. Ednar Chagas da Silva Cruz.

DECISÃO:

Vistos, Relatados e Discutidos estes Autos, decidem os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe: Carlos Pinna de Assis, Luiz Augusto Carvalho Ribeiro, com a presença do Procurador Eduardo Santos Rolemberg Côrtes, em Sessão da Segunda Câmara, realizada no dia **07.12.2022**, sob a Presidência da Conselheira Maria Angélica Guimarães Marinho, por unanimidade de votos, considerar o ato de Revisão de Proventos que excluiu a Gratificação por Condições Especiais de Trabalho -Criticidade e da Gratificação por Desempenho de Funções Estratégicas de **Ednar Chagas da Silva Cruz**, referente ao Processo Administrativo EX. 00331.04/2012-RV1/2017, cujos proventos estão expostos na planilha de cálculos apresentada pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe – SERGIPEPREVIDENCIA.

Arquivo assinado digitalmente por EDUARDO SANTOS ROLEMBERG CÔRTES:71960325515 em 08/02/2023 09:03:25
Arquivo assinado digitalmente por CARLOS PINNA DE ASSIS:06101038572 em 08/02/2023 10:08:00
Arquivo assinado digitalmente por MARIA ANGELICA GUIMARAES MARINHO:11660732549 em 08/02/2023 10:16:27

DECISÃO TC – 39.676 - SEGUNDA CÂMARA

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE, Aracaju, **em 08 de fevereiro de 2023.**

PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE

CARLOS PINNA DE ASSIS
Conselheiro Presidente em Exercício

MARIA ANGÉLICA GUIMARÃES MARINHO
Conselheira Relatora

Fui presente:

Procurador

Arquivo assinado digitalmente por FERNANDO SANTOS ROLEMBERG CÔRTES:71960325515 em 08/02/2023 09:03:25
Arquivo assinado digitalmente por CARLOS PINNA DE ASSIS:06101038572 em 08/02/2023 10:08:00
Arquivo assinado digitalmente por MARIA ANGELICA GUIMARAES MARINHO:11660732549 em 08/02/2023 10:16:27

DECISÃO TC – 39.676 - SEGUNDA CÂMARA

RELATÓRIO

O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe submete à devida apreciação deste Tribunal, para fins de registro, a Portaria nº 1390/2017, de 07 de fevereiro de 2017 (fls. 43 da peça unificada), que **revisou** o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição concedido a **Ednar Chagas da Silva Cruz,** excluindo a Gratificação por Condições Especiais de Trabalho - Criticidade e a Gratificação por Desempenho de Funções Estratégicas.

Registre-se que, o ato concessório da aposentadoria foi objeto de registro nos autos do processo nº TC / 003461/2013.

A 6ª CCI emitiu o Parecer Técnico em Atos de Pessoal nº 30/2022 (fls.55/56), registrando que, de acordo com o Instituto Previdenciário, a Interessada tem seus proventos de aposentadoria revistos, **ex-officio**, para atender à determinação da Advocacia Geral do Estado, na 100ª Reunião Extraordinária do Conselho Superior, que não reconheceu o direito dos ocupantes dos cargos da Secretaria da Saúde e da Fundação Hospitalar de Saúde a incorporarem a Gratificação por Condições Especiais de Trabalho - Criticidade e a Gratificação por Desempenho de Funções Estratégicas, conforme o cálculo de fls. 15:

REVISÃO DE PROVENTOS		
	INICIAL	**REVISÃO**
Valor	**R$** 2.116,08	**R$ 2.107,21**

Em conclusão, a 6ª CCI opinou pelo reconhecimento da **LEGALIDADE** do ato que **revisou** os proventos da aposentadoria concedida a **Ednar Chagas da Silva Cruz,** para determinar a exclusão da Gratificação por Condições

Arquivo assinado digitalmente por FERNANDO SANTOS ROLEMBERG CÔRTES:71960325515 em 08/02/2023 09:03:25
Arquivo assinado digitalmente por CARLOS PINNA DE ASSIS:06101038572 em 08/02/2023 10:08:00
Arquivo assinado digitalmente por MARIA ANGELICA GUIMARAES MARINHO:11660732549 em 08/02/2023 10:16:27

Especiais de Trabalho - Criticidade e da Gratificação por Desempenho de Funções Estratégicas, concluiu com seu consequente **Registro.**

O Ministério Público Especial, através do Parecer nº 1712/2022 (fls. 59/60), da lavra do Procurador José Sérgio Monte Alegre, manifestou aquiescência ao parecer da coordenadoria operante, acompanhando sem reservas tanto as premissas quanto as conclusões da 6ª CCI, e opinou pela **LEGALIDADE** do feito, com o seu consequente **Registro**, conforme, a planilha **de cálculos do SERGIPEPREVIDÊNCIA** (Pág. 15, 41)

É o Relatório.

VOTO DA RELATORA

Ante as informações relatadas e em decorrência do julgamento do tema 445 de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal, que determinou o prazo de 05 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas, diante do decurso de mais de 05 anos da chegada dos presentes autos a este Tribunal;

Considerando os princípios da segurança jurídica e da boa-fé, vez que não mais cabe a invalidação do ato, passados mais de cinco anos de tramitação do processo no TCE, haja vista os autos terem sido encaminhados a este Tribunal em 10 de maio de 2017;

Considerando a regularidade da documentação que instrui o processo, conforme se depreende da informação elaborada pela 6ª Coordenadoria de Controle e Inspeção;

Arquivo assinado digitalmente por FERNANDO SANTOS ROLEMBERG CÔRTES:71960325515 em 08/02/2023 09:03:25
Arquivo assinado digitalmente por CARLOS PINNA DE ASSIS:06101038572 em 08/02/2023 10:08:00
Arquivo assinado digitalmente por MARIA ANGELICA GUIMARAES MARINHO:11660732549 em 08/02/2023 10:16:27

Considerando o Parecer do órgão do Ministério Público Especial junto a este Tribunal de Contas;

Considerando os fundamentos do voto prolatado pela Conselheira Relatora, aprovado pelos demais Conselheiros presentes à sessão;

E, considerando, finalmente, o que mais dos autos consta,

DECIDE o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, em Sessão da Segunda Câmara, realizada no dia **07/12/2022**, por unanimidade de votos, considerar **REGISTRO TÁCITO** o ato que **revisou os proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição em favor da Sra. Ednar Chagas da Silva Cruz,** com proventos expostos na planilha de cálculos apresentada pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe.

É como voto.

MARIA ANGÉLICA GUIMARÃES MARINHO
Conselheira Relatora

Arquivo assinado digitalmente por FERNANDO SANTOS ROLEMBERG CÔRTES:71960325515 em 08/02/2023 09:03:25
Arquivo assinado digitalmente por CARLOS PINNA DE ASSIS:06101038572 em 08/02/2023 10:08:00
Arquivo assinado digitalmente por MARIA ANGELICA GUIMARAES MARINHO:11660732549 em 08/02/2023 10:16:27